

Ana Carolina Moreira Mauro¹
Dário Moreira Pinto Junior
Maria Aparecida Magalhães Salles
Renata dos Reis Oliveira

RESUMO: O acesso ao ensino superior no nosso país ainda não é para todos, embora existam políticas de incentivo do governo. As instituições públicas se mantêm sem um crescimento expressivo de investimentos. Existe diferença entre estudantes com diferentes classes sociais, o que efetivamente vem a refletir nas diferenças do desempenho dos mesmos quando submetidos a exames, tais como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. O trabalho em questão teve como proposta fazer uma análise do perfil dos ingressantes e concluintes do curso de administração de uma instituição de ensino superior na região sul fluminense. Após análise dos resultados, pode-se concluir que os objetivos do trabalho foram atendidos em sua plenitude.

Palavras-chave: Enade; universitários; Cursos Superiores.

ABSTRACT: The access to higher education in our country is still not for everyone, although there are government incentives. Public institutions do not keep a significant growth of investments. There is a difference between students with different social classes which effectively comes to reflect the performance of the same when subjected to tests, such as the National Exam of Student Proficiency. The work in question had the purpose to make a profile analysis of the newcomers and veterans in administration degree from an institution of higher education. After analyzing the results, we can conclude the objectives were met in its entirety.

Keywords: proficiency; university; higher education.

1. INTRODUÇÃO

Existe diferença entre estudantes com diferentes classes sociais, o que efetivamente vem a refletir nas diferenças do desempenho dos mesmos quando submetidos a exames, tais como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (BORI & DURHAM, 2000).

¹ Todos os autores são do CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA – UBM.

O perfil dos acadêmicos do ensino superior no Brasil não é tema muito frequente nas pesquisas desta área (BORI, DURHAM, 2000), muito embora o Ministério da Educação (MEC) possua vastos indicadores demográficos e educacionais de cada um dos municípios brasileiros.

No último censo do IBGE, observa-se um contingente expressivo na faixa entre 18 a 24 anos. Neste mesmo ano, o Governo Federal, estabeleceu uma meta de incluir 30% da população no ensino superior, por meio do Plano Nacional da Educação (PNE). No entanto, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2006), no ano de 2006 o número de jovens entre 18 e 24 anos, matriculados na graduação, totalizava apenas 12,1% do total da população brasileira nesta faixa etária (ENSINO, 2008).

No ano de 2006, 76,4% dos estudantes cursavam curso superior em universidades particulares, e apenas 23,6% estavam em estabelecimentos públicos. Outro detalhe importante a destacar é que mais da metade dos estudantes que frequentavam o ensino superior na rede pública, naquele ano, 54,3% pertenciam aos 20% mais ricos do país, segundo dados do IBGE (2007).

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Atualmente, todas as instituições de ensino superior, bem como os respectivos cursos, passam por avaliações do INEP. Isso tem sido uma prática cada vez mais comum nas Instituições de Ensino Superior (IES). Primeiro por ser uma exigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que foi instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, e tem por objetivo certificar o processo de avaliação das IES, dos seus cursos de graduação, bem como do desempenho do seu corpo discente (INEP, 2008). Este processo avaliativo é, também, um balizador da qualidade dos seus serviços e um referencial importante para a tomada de decisão institucional e de políticas governamentais.

Normalmente relacionada à qualidade, a avaliação tem sido uma prática comum e tema recorrente nas políticas nacionais de educação, a partir da década de 90, conhecida como “década da avaliação”, muito embora, já se tenha registros de tópicos acerca da avaliação no Brasil, desde a década de 70.

Na realidade, foi nos anos 80 que os processos avaliativos começaram a surgir, a partir de iniciativas como o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que tinha

como propósito formular alternativas que pudessem contribuir com a melhoria do ensino superior; como a da Secretaria de Educação Superior (SESu), que objetivava implantar um sistema de avaliação dos cursos de graduação; como a iniciativa de várias universidades brasileiras quando da implantação de processos avaliativos; entre outros (INEP, 2008).

Nos anos 90, muitas instituições de ensino superior realizavam avaliações internas, mas foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), instituída pela Lei nº 9.394/96, relativa aos mecanismos de credenciamento, reconhecimento, avaliação e supervisão da qualidade do ensino em nível superior, que os procedimentos de avaliação foram implementados, embora tenham sido instrumentos utilizados, principalmente, para o processo de autorização e reconhecimento de cursos.

As características de equidade e heterogeneidade no ensino superior do Brasil foram analisadas pelos autores Bori e Durham (2000). Eles analisaram e sugeriram que “as possibilidades de um jovem concluir o ensino médio e, portanto, estar apto para ingressar no ensino superior, são dependentes de um complexo conjunto de fatores, tais como: escolaridade dos pais, renda familiar e cor”.

3. ENADE

De acordo com a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, Art. 33-D, o Enade, que é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação. Diferencia-se do seu antecessor, o antigo Exame Nacional de Curso, por ser realizado seguindo critérios de amostragem e, também, por aplicar a avaliação em dois momentos distintos do curso (INEP, 2008).

Muito embora haja críticas a este sistema de avaliação, bem como ao seu antecessor, seus resultados podem ser muito úteis na orientação pedagógica e administrativa de cada instituição e do próprio curso. Contribui, também, para uma reflexão interna e para a melhoria da qualidade de ensino. Além do mais, um dos objetivos dos processos avaliativos é a transparência, de modo que a sociedade, de um modo geral, conheça a qualidade de cada instituição de ensino e tenha parâmetros para decidir onde deverá fazer seu curso de graduação (MEC, 2008).

Com relação ao questionário socioeconômico, é um instrumento de avaliação utilizado

no Enade. É composto por questões dissertativas e de múltipla escolha, explora conhecimentos específicos do curso e formação geral, além de questões de percepção sobre a prova ao final do questionário, e por um questionário socioeconômico. Tais instrumentos são aplicados tanto aos estudantes ingressantes, quanto aos concluintes.

4. METODOLOGIA

O artigo em questão se propõe a analisar o perfil dos ingressantes e concluintes de administração, numa instituição, particular, localizada na região sul fluminense, segundo os resultados do ENADE. Optou-se por um estudo de natureza exploratória, por meio de pesquisa documental. Foram analisadas as seguintes características do questionário socioeconômico, parte integrante do ENADE:

- Autodefinição de cor;
- Renda mensal da sua família;
- Grau de escolaridade do pai e da mãe;
- Tipo de escola onde foi cursado o ensino médio;
- Frequência de utilização da biblioteca da instituição.

Para fazer a análise do perfil dos estudantes, bem como os conceitos obtidos pelos cursos, foram utilizados os relatórios dos Cursos de Administração do ENADE 2006, onde constam os percentuais de alunos que optaram por cada alternativa das questões do questionário socioeconômico que se encontram disponíveis no *site* do INEP.

Foram também analisados relatórios nos *sites* do MEC, SINAES e INEP, de modo que pudessem ser apresentadas as informações a respeito dos processos avaliativos no Brasil, bem como complementar os dados relacionados ao perfil do estudante de ensino superior.

A pesquisa teve seu resultado baseado no uso de estatística descritiva, de acordo com os percentuais de resposta das questões supracitadas, do questionário socioeconômico, e fazendo-se o comparativo entre os resultados das instituições públicas e privadas.

4 RESULTADOS & CONSIDERAÇÕES

O ENADE teve edições em 2004, 2005, 2006 e 2007, cada qual avaliando áreas distintas. O curso de Administração teve sua primeira avaliação em 2006, sendo que neste ano, houve avaliação de 1.475 cursos de Administração em todas as regiões do país, sendo 163 públicas e 1.312 particulares.

De um total de 386.524 alunos avaliados no ano de 2006, 126.312 eram do curso de Administração, o que corresponde a 32,68% da amostra. Foi o curso com maior participação de alunos no exame do Enade do ano de 2006.

A análise, referente a este estudo, considerou os percentuais de respostas de um total de 125 estudantes de Administração. Destes, 56% ingressantes e 44% concluintes.

De acordo com os resultados, foi possível traçar o seguinte perfil do curso avaliado: 90% dos estudantes se declaram brancos; têm renda familiar até 10 salários mínimos; 68% trabalham ou já trabalharam 40 horas/semanais; tanto o pai, quanto a mãe cursaram até a 4ª série; a maioria (63%) estudou todo o ensino fundamental e médio em escola pública e frequentam a biblioteca razoavelmente.

O nível de escolaridade dos pais, ou seja, do pai e da mãe, a renda familiar, o tipo de escola de origem, quer seja escola pública ou privada, e as horas destinadas ao trabalho são algumas destas características que diferenciam estes tipos de instituições de ensino superior.

Após análise dos resultados da pesquisa, observou-se que os pais e mães de estudantes matriculados em instituições privadas têm menos escolaridade que os pais e mães de alunos estudantes de IES públicas.

É importante salientar que 53% dos pais e 49% de mães de estudantes ingressantes em instituições públicas têm curso superior. Considerando os pais e mães de ingressantes de estudantes de privadas, os números são bem inferiores, ou seja: 8,5% e 10%, respectivamente.

Vale destacar que, segundo avaliação dos autores supracitados, Bori e Durham (2000), a respeito da relação entre a escolaridade dos pais e a educação formal dos filhos, consideram que esta variável, principalmente a escolaridade da mãe, pode ser considerada ainda mais relevante que o fator renda familiar.

No que diz respeito à renda familiar entre estudantes das redes públicas e privadas, existe um fator a ser citado. As pessoas que têm maior renda, em outras palavras, melhores condições financeiras, normalmente estudam nas instituições públicas, ao passo que as vagas nas instituições particulares são tomadas, em grande parte, por estudantes oriundos de família com renda inferior a 05 (cinco) salários mínimos.

Analisando os resultados, podemos observar que há uma maior incidência de estudantes provenientes de escolas particulares, cujos pais têm níveis mais altos de escolaridades e renda familiar superior, estudarem em instituições públicas.

As diferenças apresentadas entre os perfis de estudantes de instituições públicas e

Segundo May (2004), existe uma percepção geral de que estudantes que cursaram escolas particulares no ensino fundamental e no ensino médio teriam maior facilidade em ingressar em instituições públicas de ensino superior.

Ao se analisar as diferenças apresentadas entre os perfis de estudantes de instituições públicas e privadas, considerando tanto os percentuais de ingressantes, quanto os percentuais de concluintes, observou-se que existe uma maior incidência de estudantes provenientes de escolas particulares, cujos pais têm níveis mais altos de escolaridade e renda familiar superior, estudarem em instituições públicas.

Segundo Bori e Durham (2000), existe uma percepção geral de que estudantes que cursaram escolas particulares no ensino fundamental e médio teriam maior facilidade em ingressar em instituições públicas de ensino superior.

Ao se analisar o perfil dos estudantes, observou-se que aqueles matriculados nas escolas públicas são, em quase sua totalidade, provenientes de escolas privadas, enquanto os estudantes de instituições privadas são, em grande parte, oriundos de escolas públicas.

Ao se analisar as diferenças entre os estudantes oriundos de instituições privadas e públicas que trabalham ou já trabalharam, observou-se uma acentuada diferença entre os ingressantes. 8% dos ingressantes de instituição privada podem se dedicar exclusivamente aos estudos. Entre os concluintes esta diferença não é alta. Isto, provavelmente, é devido a uma maior procura de uma forma de entrar no mercado de trabalho ao final do curso, mesmo que não precise pagar seus estudos, como é o caso de estudantes de instituição pública.

O trabalho em questão teve como proposta fazer uma análise do perfil dos ingressantes e concluintes do curso de administração de uma instituição de ensino superior na região sul fluminense. Após análise dos resultados, pode-se concluir que os objetivos do trabalho foram atendidos em sua plenitude.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORI, Carolina M.; DURHAM, Eunice R. Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

ENSINO Superior. Corrida pela inclusão. Abr/2012. Disponível em: <http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12125>> Acesso em: 20 jan. 2015.

IBGE, 2007. Síntese de Indicadores Sociais 2007- Uma Análise das Condições de Vida da

Gestão & Sociedade

Revista de Pós-Graduação da UNIABEU - ISSN 2238-8230

População Brasileira. Disponível em:

<http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visuaiza.php?id_noticia=987&id_pagina=1> Acesso em: 20 jan. 2015.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: < http://faleconosco.inep.gov.br/resposta.php?cod_item=7642>. Acesso em: 20 de jan. 2015.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enade**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/enade/enade_oquee.htm>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BORI, C. M.; DURHAM, E. R. Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. **(Repetido)**

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3. ed. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEC, 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=13&id=94&Itemid=304>>. Acesso em 20 jan. 2015.